



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009633-64.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **MARIA APARECIDA DA SILVA**
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que questionou fatura recebida da ré, tendo em vista que não teria realizado ligações nela contempladas, sendo sua linha desligada.

Alegou ainda que o assunto foi submetido à apreciação do PROCON local, ocasião em que a ré assentou que a fatura não necessitaria ser quitada e que a linha seria religada, mas isso não teve vez.

Dos documentos amealhados pela autora, merece destaque o de fls. 04/06.

Dele se extrai que a questão ora trazida à colação foi levada a conhecimento do PROCON local e que em audiência lá efetuada a ré formalizou proposta de acordo consistente em cancelar definitivamente a fatura vencida em 11/06/2015, no valor de R\$ 412,29, bem como em proceder à reativação integral da linha telefônica em apreço.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A proposta foi aceita pela autora, fixando-se o prazo de vinte dias úteis para sua implementação.

Não obstante tal prazo ter-se escoado, a ré não deu cumprimento às obrigações assumidas.

Já na contestação que apresentou ela se limitou a invocar a inexistência de falha na prestação dos serviços a seu cargo.

Não se manifestou específica e concretamente sobre as alegações da autora, não se pronunciou sobre a proposta que lançou no PROCON local, deixou de comprovar o seu cumprimento e tampouco demonstrou que as ligações impugnadas pela autora partiram realmente de seu terminal.

A conjugação desses elementos, aliada à falta de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

A ré neste feito não opôs obstáculo consistente aos argumentos da autora e muito menos ofereceu justificativa para não ter cumprido as obrigações que espontaneamente contraiu quando a matéria foi debatida em outra esfera.

Sua condenação nos termos da postulação formulada é, portanto, de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para determinar à ré que no prazo máximo de cinco dias, **contados de sua intimação e independentemente do trânsito em julgado da presente**, proceda à religação da linha telefônica da autora (nº (16) 3116-9744), sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00, bem como para declarar a inexigibilidade do valor de R\$ 340,05, referente às duas ligações impugnadas a fl. 01.

Intime-se pessoalmente e **de imediato** a ré para cumprimento da obrigação que lhe foi imposta (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 20 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**